

Congresso e governo deixam custo extra de R\$300 bi na conta de luz

Congresso e governo deixam custo extra de R\$ 300 bi para conta de luz

Valor adicional contratado em 2024 terá impacto na inflação e vem de alta de subsídios a empresas, erros de projeção e falta de pente-fino em benefício social

Alexa Salomão

SÃO PAULO Por iniciativas do Congresso e do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 2024 ficou marcado pelo aumento de uma série de despesas no setor de energia — a maior parte vai impactar a conta de luz não só em 2025, mas por décadas. São mais de R\$ 300 bilhões adicionais na tarifa, segundo projeções da PSR, consultoria global da área de energia, e da Frente Nacional de Consumidores de Energia.

“A gente passou o ano tentando deter os aumentos — se, de um lado, conseguimos tirar de um projeto de lei, de outro, aparecia numa medida provisória”, diz Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente.

O Ministério de Minas e Energia afirma que atua para garantir segurança energética para o país (leia na pág. A12).

Parte dos custos já começa a ser sentida na inflação de 2025. Segundo o economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), consultorias do setor já projetam uma alta média nas tarifas 5% acima do IPCA, o índice oficial de inflação.

“O IPCA deve fechar em quase 5%, então o reajuste médio da tarifa vai ficar na casa de 10% no ano. Se for tão ruim assim, agen-

te já larga o ano com um impacto de 0,4 ponto percentual na inflação, que vai sendo captado ao longo de 2025 pelo reajuste contratual de cada empresa”, calcula.

Para o consumidor é o pior dos cenários. Braz lembra que energia elétrica compromete aproximadamente 4% da renda familiar.

O item pesado é o projeto de lei das eólicas em alto mar, ou PL das offshore. Apesar da forte pressão contrária das entidades do setor, foi aprovado no Senado cheio de jabutis (emendas alheias à proposta original), como subsídios ao carvão.

Se Lula não vetar os jabutis, o consumidor vai pagar a conta. São R\$ 21 bilhões por ano, até 2050, ou um total de R\$ 241 bilhões, trazendo a valor presente. Alta de 7% na conta de luz.

Outro item indefinido é o efeito do câmbio sobre a tarifa de Itaipu, que é dolarizada. A usina binacional é um caso à parte na galeria de aumentos. Como a dívida para a sua construção foi quitada em 2023, deveria estar contribuindo com a redução no preço da energia, mas ocorre o contrário.

Em 2023, a tarifa na boca da usina, que é chamada de Cuse (Custo Unitário do Serviço de Eletricidade), estava em US\$ 16,71 por kW (quilowatt). Sem a dívida, deveria ter caído para US\$ 11. Ocorre que Brasil e Paraguai usam a

diferença para fazer um caixa extra que banca obras e projetos socioambientais e resistem a baixar o valor. Depois de meses de negociação, os parceiros anunciaram, em maio, um acordo para uma Cuse de US\$ 19,28 por três anos, até 2026.

Os consumidores de Sul, Sudeste e Centro Oeste são obrigados a pagar por 80% da energia de Itaipu. O MME (Ministério de Minas e Energia), sob o argumento de que o consumidor brasileiro não seria prejudicado, anunciou o congelamento da tarifa e um cashback de US\$ 300 milhões para cobrir a diferença. Especialistas afirmam que isso não muda o prejuízo para os consumidores.

“O legado do acordo é fazer o consumidor brasileiro pagar US\$ 16,71, até 2026, pela energia de Itaipu, quando poderia estar pagando algo próximo a US\$ 11”, afirma a engenheira Ângela Gomes, diretora técnica da consultoria PSR. No total, serão R\$ 11 bilhões a mais na conta de luz.

Há outro problema. Em setembro, um estudo da ANE (Academia Nacional de Engenharia) identificou que o cashback era insuficiente, mas o alerta foi ignorado.

Agora, do lado brasileiro, há um descausamento entre receita e despesa, com um buraco da ordem de US\$ 120 milhões (R\$ 740 milhões),

Aumentos contratados em 2024

- **R\$ 241 bi:** Jabutis no PL das eólicas offshore
- **R\$ 50 bi:** MP 12.012, que prorrogou em três anos o acesso de investidores de renováveis a subsídios, montante gasto em 25 anos, trazida a valor presente de 2050
- **R\$ 11 bi:** Custo ao consumidor, ao longo de três anos, com a Cuse de Itaipu
- **R\$ 14 bi:** Flexibilizações para a recuperação da Amazonas Energia; valor nominal durante os 15 anos
- **R\$ 9 bi:** Previsão do acordo entre MME e Âmbar; valor nominal ao longo do período, até 2032
- **R\$ 740 mi:** Gfira que não foi coberta pelo cashback que manteve a Cuse de Itaipu congelada

Fonte: Frente Nacional de Consumidores de Energia e PSR

segundo cálculos da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia.

“Pode ter havido um ruído de comunicação, porque, aparentemente, a conta para a projeção do ressarcimento não inclui todos os itens”, disse à Folha o diretor de Regulação da TR Soluções, Helder Sousa.

Está claro que a estimativa do cashback focou a Cuse, o que garantiu o ganho integral de Itaipu. No entanto, não previu cobertura para a Conta de Comercialização no Brasil, que é gerenciada pela ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional, que assumiu como holding de Itaipu após a privatização da Eletrobras). Agora, alguém precisa pagar o déficit milionário.

No início de dezembro, ao tratar do problema, a Aneel deu 45 dias para receber sugestões do MME e da ENBPar sobre o que fazer para não cobrar a diferença na conta de luz.

A tendência altista no preço da energia repercutiu em outra despesa, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que acumula subsídios e encargos que são pagos pela conta de luz. Já se sabe que em 2025 vai bater recorde: R\$ 40,6 bilhões.

Nos descontos tarifários — o maior item — estão justamente os benefícios para quem vende e para quem compra energia renovável, que foram turbinados pelo Congresso Nacional e pelo governo. Esse grupo não paga integralmente pelo uso do fio, e a despesa é transferida para os demais consumidores.

No caso do subsídio para a baixa renda na tarifa social, que é meritório, o diretor geral da consultoria Volt Robotics, Donato da Silva Filho, defende, já faz um tempo, um pente-fino. Uma lei de 2021 determinou que a distribuidora deve dar o benefício automaticamente para quem estiver no cadastro social, em vez de o consumidor ter que ir atrás dele. Isso fez a despesa disparar.

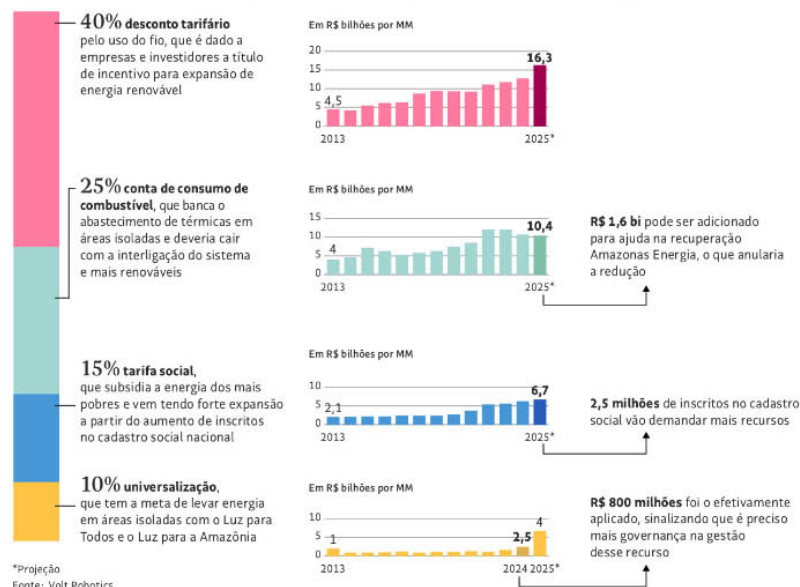
A MP (medida provisória) 1.232, do governo federal, trouxe flexibilizações para evitar a falência da Amazonas Energia e viabilizar a transferência de controle — da Oliveira Energia para a Âmbar, do grupo da J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. A MP caducou, mas uma discussão judicial manteve as flexibilizações. Se as medidas forem adotadas, os consumidores vão assumir custos estimados em R\$ 1,4 bilhões por 15 anos.

Também coube ao MME validar o uso da térmica de Cuiabá, da mesma Âmbar, num processo polêmico que se arrastou por mais de dois anos. A medida adicionou R\$ 9 bilhões à conta de luz ao longo de 15 anos.

Outras medidas de iniciativa do governo que contribuiu para o ciclo de aumentos foi a MP 1.212. O texto prorrogou em três anos o prazo para investidores em energia renovável terem acesso a subsídios, o que, pelas estimativas trazidas a valor presente, elevará em R\$ 50 bilhões os gastos dos brasileiros ao longo do prazo das concessões, até 2050.

Pressões altistas

Veja os custos que mais crescem e já representam 90% da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), na qual estão inseridos subsídios e encargos, os benefícios bancados pelos consumidores via tarifa de energia



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 11